



Elaborado cuidadosamente, a obra tem por objetivo conciliar os conhecimentos jurídicos acumulados a respeito do processo de execução fiscal, com questões verificadas na prática e, sobretudo, na jurisprudência, de modo a proporcionar ao leitor uma compreensão atualizada sobre o tema.

Nesse sentido, houve a preocupação de trazer a jurisprudência mais atualizada sobre a execução fiscal e, especialmente, os impactos do novo CPC sobre essa conjuntura jurídica, além de se abordar as questões de maior relevância enfrentadas no âmbito dos Tribunais Superiores, dentre as quais muitas já decididas pelo Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática dos recursos especiais repetitivos.

Organizada pelos Procuradores do Estado de Goiás Marcílio da Silva Ferreira Filho e Rodrigo Medeiros de Lima, o livro tem como público-alvo tanto os operadores do direito que atuam no processo de execução fiscal – seja na representação das partes, seja como agente do Poder Judiciário – como também aqueles que intencionam prestar concursos públicos para a área jurídica.

## **Autores**

Marcílio da Silva Ferreira Filho  
Rodrigo Medeiros de Lima

# **EXECUÇÃO FISCAL**

## **Teoria, Prática e Atuação Fazendária**

### **Área específica**

Direito Processual Civil.

### **Áreas afins**

Direito Público. Direito Processual Público. Direito Processual Tributário. Execução Fiscal.

### **Público-alvo/consumidores**

Pessoas interessadas em concursos públicos para a advocacia pública; advogados públicos e outros operadores do direito com atuação no processo de execução fiscal.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10001108

E96	Execução fiscal: teoria, prática e atuação fazendária. Marcílio da Silva Ferreira Filho, Rodrigo Medeiros de Lima (Coord.) – 2. ed. – Belo Horizonte: Fórum, 2017.
	406 p.
	ISBN 978-85-450-0220-8
	1. Direito Processual Civil. 2. Direito Público. I. Ferreira Filho, Marcílio da Silva. II. Lima, Rodrigo Medeiros de. III. Título.
	CDD: 347.05 CDU: 347.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva; LIMA, Rodrigo Medeiros de (Coord.). Execução fiscal: teoria, prática e atuação fazendária. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 406 p. ISBN 978-85-450-0220-8

## SUMÁRIO

PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO .....	19
PREFÁCIO – Lúcio Flávio Siqueira de Paiva .....	21
NOTA DOS COORDENADORES À 2ª EDIÇÃO .....	23
NOTA DOS COORDENADORES .....	25
CAPÍTULO	1
PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À EXECUÇÃO FISCAL	
Leandro Eduardo da Silva .....	27
1.1 Considerações .....	27
1.2 Princípio do contraditório .....	28
1.3 Princípio da efetividade ou do resultado .....	31
1.4 Princípio da menor onerosidade .....	34
1.5 Princípio da responsabilidade patrimonial .....	36
1.6 Princípio da boa-fé .....	38
1.7 Princípio do desfecho único .....	41
1.8 Princípio da disponibilidade .....	42
1.9 Princípio da autonomia .....	43
1.10 Princípio da cooperação .....	44
Referências .....	46
CAPÍTULO 2	
COMPETÊNCIA E LEGITIMIDADE	
Raimundo Nonato Pereira Diniz .....	49
2.1. Competência .....	49
2.1.1 Competência da Justiça Federal .....	51
2.1.1.1 Competência Federal Delegada .....	52
2.1.2 Casos Especiais: Competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral ....	53
2.1.3 Competência do STF .....	53
2.2 Legitimidade .....	54
2.2.1 Legitimidade Ativa .....	54
2.2.2 Casos Específicos: Execução de Decisões dos Tribunais de Contas e do Simples Nacional .....	56
2.2.3 Legitimidade Passiva .....	60
2.2.4 Do Redirecionamento da Execução Fiscal .....	62
2.2.5 Do Cabimento do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Fiscal .....	64
2.2.6 Outras Situações no Polo Passivo da Execução .....	70

Referências .....	72
-------------------	----

### CAPÍTULO 3

#### GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DA FAZENDA PÚBLICA NA EXECUÇÃO FISCAL

Marcella Parpinelli Moliterno .....	75
3.1 Explicações iniciais .....	75
3.2 Garantias e privilégios do crédito público .....	76
3.2.1 Aspectos materiais .....	78
3.2.1.1 Responsabilidade pessoal .....	78
3.2.1.2 Preferência de pagamento sobre quaisquer créditos .....	80
3.2.1.3 Autonomia do executivo fiscal .....	84
3.2.1.4 Presunção de fraude .....	88
3.2.1.5 Art. 185-A do CTN: a indisponibilidade de bens e direitos .....	88
3.2.1.6 Exigência de prova de quitação de tributos – garantias indiretas .....	92
3.2.1.7 Ação cautelar fiscal – indisponibilidade de bens .....	94
3.2.1.8 Arrolamento administrativo de bens .....	95
3.2.2 Aspectos processuais .....	96
3.2.2.1 Constituição unilateral do título executivo .....	96
3.2.2.2 Emenda e substituição da CDA .....	97
3.2.2.3 Cancelamento da inscrição em dívida ativa .....	99
3.2.2.4 Suspensão do prazo prescricional com a inscrição em dívida ativa .....	101
3.2.2.5 Interrupção da prescrição .....	102
3.2.2.6 Independência do executivo fiscal e impossibilidade de discussão concomitante em instância administrativa e judicial .....	103
3.2.2.7 Exigência de garantia para oposição de embargos à execução .....	104
3.3 Prerrogativas judiciais dos procuradores públicos na execução fiscal .....	105
3.3.1 Intimação pessoal .....	105
3.3.2 Isenção de custas .....	107
3.3.3 Responsabilidade dos auxiliares da justiça e prazos peremptórios para a prática de atos pelo oficial de justiça .....	108
Referências .....	109

### CAPÍTULO 4

#### ASPECTOS INICIAIS DA EXECUÇÃO FISCAL

Lázaro Reis Pinheiro Silva .....	111
4.1 A tutela executiva, o crédito e o título executivo que lastreia a execução fiscal... ..	111
4.2 A presunção de liquidez, certeza e exigibilidade da CDA .....	118
4.3 Cumulação e reunião de execuções fiscais contra um mesmo devedor .....	123
4.4 Extinção da execução fiscal em decorrência do pequeno valor inscrito em dívida ativa .....	126
4.5 Protesto da CDA e mecanismos alternativos de cobrança do crédito nela substanciado .....	127
4.6 Posturas do juiz diante da petição inicial de execução fiscal. Efeitos do despacho inicial. Reconhecimento ex officio da prescrição .....	129
4.7 Isenção de custas .....	138
4.8 Modalidades de citação do executado .....	139
4.9 Citação do corresponsável tributário constante da CDA .....	145
4.10 Substituição ou emenda da CDA durante o curso da execução fiscal .....	149
Referências .....	153

### CAPÍTULO 5

#### MOTIVOS SUSPENSIVOS DA EXECUÇÃO FISCAL

Fabiana Baptista de Bastos Lopes .....	155
5.1 Premissas introdutórias .....	155
5.2 Causas materiais de suspensão da ação de execução fiscal .....	158
5.2.1 Moratória .....	160
5.2.2 Depósito do montante integral .....	163
5.2.3 As reclamações e os recursos nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário .....	169
5.2.4 Concessão de tutela de urgência .....	171
5.2.5 Parcelamento .....	174
5.3 Causas processuais de suspensão da ação de execução fiscal .....	176
5.3.1 Recebimento dos embargos à execução com efeito suspensivo .....	177
5.3.2 Oferta de embargos de terceiro .....	179
5.3.3 O art. 40 da Lei nº 6.830/1980 .....	180
5.3.4 Baixo valor do crédito tributário exequendo .....	183
5.3.5 Hipóteses previstas no CPC/15 .....	184
5.3.5.1 Morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador .....	185
5.3.5.2 Arguição de suspeição ou de impedimento .....	189

5.3.5.3 Convenção das partes .....	191
Referências .....	191

## CAPÍTULO 6

### MOTIVOS EXTINTIVOS DA EXECUÇÃO FISCAL

Marcelo Borges Proto de Oliveira .....	193
6.1 Pontos iniciais .....	193
6.2 Pagamento .....	198
6.3 Compensação .....	199
6.4 Transação .....	205
6.5 Remissão .....	207
6.6 Decadência e prescrição .....	209
6.6.1 Prescrição intercorrente .....	213
6.7 Conversão do depósito em renda .....	216
6.8 Pagamento antecipado e homologação do lançamento .....	217
6.9 Consignação em pagamento julgada procedente .....	218
6.10 Decisão administrativa irreformável .....	219
6.11 Decisão judicial passada em julgado .....	220
6.12 Dação em pagamento .....	221
6.13 Cancelamento da inscrição em dívida ativa .....	222
6.14 Abandono .....	223
Referências .....	225

## CAPÍTULO 7

### A DEFESA DO EXECUTADO E PECULIARIDADES RECURSAIS

Marcílio da Silva Ferreira Filho .....	227
7.1 Separação didática introdutória .....	227
7.2 Instrumentos de defesa do executado .....	227
7.2.1 Defesas endoprocessuais .....	230
7.2.1.1 Embargos à execução .....	230
7.2.1.1.1 Cabimento, exigência de garantia e aspectos processuais .....	232
7.2.1.1.2 Os efeitos dos embargos .....	241
7.2.1.2 Exceção de pré-executividade .....	246
7.2.1.2.1 Caracterização no direito nacional, cabimento e aspectos processuais .....	246
7.2.1.2.2 Efeitos da exceção .....	250
7.2.2 Defesas heterotópicas e suas peculiaridades no executivo fiscal .....	252
7.2.2.1 A ação anulatória .....	253
7.2.2.2 O mandado de segurança .....	258
7.3 Peculiaridades recursais em sede de execução fiscal .....	261
Referências .....	266

## CAPÍTULO 8

### PROCEDIMENTOS EXPROPRIATÓRIOS DE BENS DO EXECUTADO

Marcílio da Silva Ferreira Filho e Rodrigo Medeiros de Lima .....	267
8.1 A satisfação do crédito executivo .....	267
8.2 Relação entre lei específica e o CPC .....	268
8.3 Fases anteriores à expropriação patrimonial do devedor: penhora, avaliação e registro .....	270
8.3.1 Penhora .....	270
8.3.1.1 Nomeação de bens à penhora pelo executado .....	271
8.3.1.2 Bens e direitos passíveis de penhora .....	272
8.3.1.3 Ordem de preferência de bens e direitos para fins de penhora e substituição da penhora .....	274
8.3.1.4 Substituição e reforço da penhora .....	278
8.3.1.5 Direito de preferência decorrente da anterioridade da penhora .....	279
8.3.1.5.1 Momento do aperfeiçoamento da penhora .....	280
8.3.1.5.2 Inoponibilidade do direito de preferência à Fazenda Pública .....	281
8.3.1.5.3 Concurso de preferências entre pessoas jurídicas de direito público .....	283
8.3.1.6 Intimação da penhora .....	285
8.3.1.6.1 Intimação da penhora como termo inicial do prazo para a oposição dos embargos à execução .....	286
8.3.1.6.2 Modalidades de intimação .....	288
8.3.2 Avaliação .....	290
8.3.3 Registro .....	292
8.4 Modalidades e procedimentos da expropriação de bens .....	294
8.4.1 Adjudicação .....	295
8.4.2 Alienação por iniciativa particular .....	301
8.4.3 Leilão judicial .....	303
Referências .....	312

## CAPÍTULO 9

### PROCEDIMENTOS FRAUDULENTOS E CONTORNOS JURÍDICOS

Guilherme Resende Christiano .....	313
9.1 Considerações introdutórias .....	313
9.2 Instituição, pelo devedor, de cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade .....	314
9.3 Depósitos em poupança no valor de até quarenta salários-mínimos em momento posterior à inadimplência, desvirtuamento da conta poupança e existência de mais de uma conta com esta natureza .....	315
9.4 Depósitos em cooperativas de crédito com a finalidade de se esquivar da utilização da penhora online via sistema Bacen Jud .....	319
9.5 Bem de família ofertado .....	321
9.6 Alienação fraudulenta .....	330
9.6.1 Fraude contra credores .....	330
9.6.2 Fraude à execução .....	335
9.6.3 Atos de disposição de bem penhorado .....	341
Referências .....	342

## CAPÍTULO 10

### A EXECUÇÃO FISCAL E OS PROCEDIMENTOS DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E INVENTÁRIO

Rodrigo Medeiros de Lima .....	345
10.1 Considerações introdutórias .....	345
10.2 Execução fiscal e falência .....	347
10.2.1 A falência .....	347
10.2.2 Legitimidade da massa falida para figurar no polo passivo da execução fiscal .....	349
10.2.3 Impossibilidade do redirecionamento da execução fiscal em face do sócio-gerente pelo só fato da decretação da falência da sociedade empresária devedora .....	353
10.2.4 Subordinação da satisfação do crédito exequendo ao procedimento da falência .....	354
10.2.5 Impossibilidade da adjudicação pela Fazenda Pública de bem do falido penhorado em execução fiscal .....	356
10.2.6 Habilitação do crédito da Fazenda Pública em falência .....	357
10.2.7 Questão correlata: ilegitimidade da Fazenda Pública para o requerimento da falência .....	358
10.3 Execução fiscal e recuperação judicial .....	363
10.3.1 A recuperação judicial e a exigência da regularidade fiscal do empresário ...	363
10.3.2 Dispensa da exigência de regularidade fiscal .....	364
10.3.3 Restrição à adoção de atos de constrição e alienação de bens em face do devedor em recuperação judicial .....	368
10.4 Execução fiscal e inventário .....	374
10.4.1 O inventário .....	374
10.4.2 Legitimidade do espólio para figurar no polo passivo da execução fiscal ...	375
10.4.3 Impossibilidade do redirecionamento da execução fiscal ao espólio quando não aperfeiçoada a citação antes da morte do devedor .....	377
10.4.4 Penhora de bens do espólio x penhora no rosto dos autos do inventário ....	381
10.4.5 Habilitação do crédito da Fazenda Pública em inventário .....	382
10.4.6 Insolvência do espólio .....	383
Referências .....	384

## CAPÍTULO 11

### MEDIDA CAUTELAR FISCAL

Rodolfo Otávio Mota .....	387
11.1 Considerações introdutórias .....	387
11.2 Medida Cautelar Fiscal como garantia do crédito tributário ou não tributário e de sua integral satisfação .....	389
11.3 Fumus boni iuris e periculum in mora autorizadores da propositura da cautelar fiscal .....	390
11.4 Das condições específicas da ação cautelar fiscal .....	394
11.5 Pressupostos processuais da ação cautelar fiscal .....	396
11.6 Da decisão liminar no bojo das medidas cautelares fiscais .....	398
11.7 Resposta do Réu .....	402
11.8 Da Sentença na medida cautelar fiscal .....	403
Referências .....	404

Sobre os autores .....	405
------------------------	-----